



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Direito à proteção de dados na União Europeia e seus impactos na Lei 13.709/18
Autor	BÁRBARA PRATES DESESSARDS
Orientador	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

Direito à proteção de dados na União Europeia e seus impactos na Lei 13.709/18

Bárbara Prates Desessards – pesquisadora

Prof.^a Dra. Ma. Lisiane Feiten Wingert Ody – orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito

Núcleo de Pesquisas de Direito Comparado e Internacional

O presente estudo, realizado no âmbito do Núcleo de Pesquisas de Direito Comparado e Internacional da Faculdade de Direito da UFRGS, tem por objeto a análise das perspectivas de regulação da recente legislação da União Europeia sobre o tratamento conferido aos dados pessoais, o chamado *Regulamento Geral de Proteção de Dados* (RGPD). Tal regulamento, aprovado em 2016, passou a vigor em maio de 2018, revogando formalmente a antiga Diretiva 95/46/CE, que tratava do assunto. O regramento trouxe em suas disposições um conjunto de obrigações que recaem sobre o responsável por conferir um tratamento aos dados, isto é, o organismo encarregado por realizar as operações efetuadas sobre estes dados pessoais. Cabe a ele observar os direitos conferidos aos titulares dos dados, os princípios que devem ser aplicados no tratamento destes dados, bem como as demais exigências procedimentais impostas no referido Regulamento (UE) 2016/679. A pesquisa tem por objetivo apurar, através dos métodos de pesquisa indutivo, funcional e contextualizado, as bases principais trazidas pelo mecanismo no âmbito da União Europeia, perquirindo com maior minúcia os impactos de tal regulamentação na aprovação da Lei 13.709/18 no Brasil. Esta lei, sancionada em agosto de 2018, entrará em vigência no ano de 2020, e é considerada o Marco Legal da Proteção de Dados Pessoais, pois define as regras para o tratamento de dados pessoais, operacionalizando, pela primeira vez no país, uma ferramenta efetiva de proteção e tutela desses dados. A pesquisa encontra-se em sua fase inicial e tem expectativa de término até o final do ano de 2019.